



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Maio de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em maio de 2026. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	5
Equador	6
Guiana	7
Peru.....	9
Suriname	13
Venezuela	13
OTCA	15

Bolívia

Por Débora Bedim e Maria Clara Dutra Pontes

O mês de maio de 2026 na Amazônia boliviana foi marcado por intensas mobilizações sociais que tiveram como uma de suas principais pautas a revogação da Lei nº 1.720. A norma permitia a conversão voluntária de pequenas propriedades rurais em propriedades médias para utilização como garantia em operações de crédito, retirando sua condição de impenhorabilidade. A referida lei gerou forte oposição de organizações camponesas e indígenas, especialmente da região amazônica, que denunciaram riscos de mercantilização da terra e de enfraquecimento de mecanismos protetivos associados à pequenas propriedades rurais. Em 13 de maio, a Assembleia Legislativa revogou a lei e comprometeu-se a elaborar uma nova proposta em diálogo com os setores diretamente interessados [1].

Na política externa, Bolívia e a Coreia do Sul assinaram, em Seul no dia 4 de maio, o primeiro acordo voltado à implementação do Artigo 6 do Acordo de Paris, que estabelece mecanismos de cooperação internacional para o cumprimento das metas climáticas nacionais. O acordo permitirá a transferência entre os países de resultados de políticas de mitigação por meio da geração de créditos de carbono. A iniciativa contou com a participação de empresas coreanas, que se comprometeram a colaborar com o financiamento e a implementação de projetos de mitigação. Atualmente, encontram-se em avaliação os aterros sanitários de *San Miguel de los Junos* e *K'ara K'ara*, voltados à captura e ao aproveitamento energético do biogás gerado pela decomposição de resíduos sólidos. Caso implementados, os projetos poderão reduzir, conjuntamente, cerca de 346 mil toneladas de gases de efeito estufa por ano [2].

Além disso, em 11 de maio, o vice-ministro Jorge Ernesto Ávila participou do 21º período de sessões do Fórum das Nações Unidas sobre os Bosques, realizado em Nova York, onde apresentou a orientação da política ambiental do governo boliviano. Em seu pronunciamento, destacou que o atual governo de Rodrigo Paz se deparou com um cenário marcado por elevados índices de desmatamento, incêndios florestais, impactos sobre povos indígenas e lacunas de informação que dificultam uma avaliação precisa da situação das florestas no país. Apesar desse contexto, ressaltou que a Bolívia possui aproximadamente 54 milhões de hectares de cobertura florestal, correspondentes a cerca de 47% do território nacional. Afirmou que o governo pretende reposicionar as florestas como eixo central de sua estratégia de desenvolvimento sustentável, articulando conservação ambiental, gestão sustentável dos recursos florestais e crescimento econômico. Por fim, defendeu o fortalecimento dos mecanismos multilaterais de cooperação e a ampliação de parcerias

internacionais voltadas à proteção dos bosques e à promoção do desenvolvimento sustentável [3]

No dia 15 de maio, a Bolívia passou a presidência *pro tempore* da Rede Amazônica de Autoridades da Água (RADA) para o Brasil. As autoridades bolivianas apresentaram um documento, destacando as ações e resultados da gestão exercida desde abril de 2024. Em seu discurso, a vice-ministra de Recursos Hídricos, Irrigação, Água Potável e Saneamento Básico, Viviana Mariscal, afirmou que “o objetivo desse esforço foi proteger a água como um bem estratégico para a vida, o bem-estar de nossos povos e o desenvolvimento sustentável da região”. Carlos Paz Ide, vice-ministro boliviano, acrescentou a importância da cooperação regional entre os oito países amazônicos participantes, baseado no respeito mútuo, na solidariedade, na boa fé e nos princípios que historicamente guiaram as relações entre esses países. Além disso, durante a reunião foi apresentado o Livro Branco da Rede. Mariscal afirmou que este documento é “constitui uma referência comum destinada a orientar a implementação gradual e contínua de um mecanismo regional que fortaleça a cooperação amazônica na área de recursos hídricos” [4]

Finalmente, em 28 de maio, Bolívia e Alemanha firmaram acordos bilaterais de cooperação destinados ao financiamento de medidas para a proteção da Amazônia boliviana. A iniciativa prevê a implementação de mecanismos de conservação florestal, com a participação ativa de comunidades locais e usuários dos recursos naturais, em consonância com os objetivos da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) [5]. Os acordos também contemplam o financiamento do monitoramento ambiental, a prevenção de incêndios florestais e o manejo sustentável das florestas, por meio de ações de fortalecimento do Sistema de Medição, Relatório e Verificação (MRV) e do próprio arranjo institucional, a fim de melhorar as capacidades de gestão florestal e clima. Cabe destacar que foram firmados dois acordos principais: o Acordo Macro entre a Bolívia e o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) e o acordo entre o Vice-Ministério de Meio Ambiente, Biodiversidade, Mudanças Climáticas e de Gestão e Desenvolvimento Florestal, a Conservação Internacional e o KfW [6].

Referências

[1] Disponível em: <https://elpais.com/america/2026-05-13/la-asamblea-boliviana-anula-una-polemica-reforma-agraria-para-pacificar-el-pais.html>

[2] Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21185>

[3] Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21189>

- [4] Disponível em: <https://abi.bo/bolivia-presenta-informe-de-gestion-y-transfiere-la-presidencia-pro-tempore-de-la-rada-a-brasil/>
- [5] Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21196>
- [6] Disponível em: <https://larazon.bo/sociedad/2026/05/29/bolivia-y-alemania-sellana-acuerdos-para-fortalecer-la-proteccion-de-la-amazonia/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O mês de maio foi marcado pelo tema do combate à expansão do crime organizado no Brasil como um todo e, em particular, na Amazônia. No dia 12, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o programa Brasil Contra o Crime Organizado, com investimentos previstos de R\$ 11 bilhões, oriundos do orçamento da União e de empréstimos do BNDES. O programa terá quatro eixos estratégicos: asfixia financeira de organizações criminosas; fortalecimento da segurança em presídios; qualificação da investigação e do esclarecimento de homicídios; e combate ao tráfico de armas [1]. O anúncio veio uma semana após Lula visitar Donald Trump nos Estados Unidos, onde defendeu uma cooperação regional contra o narcotráfico que se baseie no respeito à soberania dos países, em vez de ações estritamente militarizadas e guiadas pela ideia de “narcoterrorismo” [2].

Por sua vez, no dia 18, o Ministério da Justiça lançou o programa Território Seguro, Amazônia Soberana, no âmbito do plano AMAS (Amazônia: Segurança e Soberania), lançado pelo governo federal em 2023. O programa prevê R\$ 209 milhões em ações de prevenção, repressão, retomada de territórios pelo Estado, reinserção social, incentivo a atividades econômicas lícitas e proteção de povos indígenas. Serão monitorados sete municípios no Alto Solimões e três no Alto Rio Negro, no Amazonas; sete cidades no Acre; cinco municípios no Baixo Tapajós, no Pará; e cinco cidades na microrregião de Imperatriz, no Maranhão. O plano receberá recursos do Fundo Amazônia e envolverá cooperações com universidades e forças de segurança nos estados [3].

Apesar do gesto brasileiro de reforçar o combate ao crime organizado e recusar a associação do tema ao terrorismo, os EUA anunciaram, no dia 28, a designação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas com atuação transnacional e perigosas à sua soberania. A classificação permitirá aos EUA intensificar operações de inteligência em solo brasileiro para monitorar integrantes das facções e seus apoiadores, ampliar sanções contra o Brasil, bloquear ativos, restringir financiamentos e negar vistos de viagem [4].

A tensão bilateral levou Lula a reforçar a defesa da soberania brasileira em outro tema: a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Em evento em São Paulo, no dia 18, o presidente brasileiro declarou: “A gente não pode deixar (de usar) uma riqueza que está a quase 500 quilômetros de distância da nossa margem. Daqui a pouco o Trump vem, acha que é dele e vai lá [...] Quem é que (garante que) ele não vai dizer que a Margem Equatorial é dele também? Então, nós vamos ocupar” [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-05/governo-lanca-programa-de-r-11-bilhoes-contr-o-crime-organizado>
- [2] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2026/05/07/lula-diz-que-defendeu-em-reuniao-com-trump-gt-com-america-latina-e-mundo-para-combater-crime.htm>
- [3] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2026/05/governo-anuncia-r-209-milhoes-para-combate-ao-crime-organizado-na-amazonia.shtml>
- [4] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2026/05/28/estados-unidos-decide-classificar-cv-e-pcc-como-organizacoes-terroristas.ghtml>
- [5] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/05/19/lula-defende-explorar-petroleo-na-foz-do-amazonas-antes-que-trump-ache-que-e-dele/>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 8 de maio, a Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Irene Vélez Torrez, formalizou a primeira concessão florestal campesina da história do país. Com o objetivo de promover o protagonismo das comunidades locais na conservação, preservação e uso sustentável de territórios amazônicos, o governo concedeu, por meio da Corporação para o Desenvolvimento Sustentável do Sul da Amazônia (Corpoamazonia), uma área de 23 mil hectares, no departamento de Caquetá, à Associação Camponesa para o Desenvolvimento Florestal e a Biodiversidade Amazônica (Asobiocam) [1]. Além de representar uma maior participação de populações locais, a iniciativa busca fomentar uma economia florestal que equilibre o desenvolvimento, a sustentabilidade e o compromisso com a redução do desmatamento. Atendendo cerca de 423 famílias, a concessão, que contou com o financiamento do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), implementado, em 2024, pelo Banco Mundial, terá uma duração de 30 anos [1].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/historico-gobierno-entrega-primera-concesion-forestal-campesina-en-la-amazonia-colombiana/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Um documento publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (MAGP) do Equador, em 4 de maio de 2026, estabeleceu os Termos de Referência para a seleção de uma Entidade Executora Especializada responsável por apoiar o governo na formulação, postulação e futura implementação de um projeto vinculado ao Fondo Biocorredor Amazónico, criado a partir de acordos internacionais de conversão de dívida pública por preservação da natureza [1]. O texto descreve as atribuições institucionais do MAGP, os requisitos legais e técnicos para participação, os critérios de avaliação, as responsabilidades da entidade selecionada e o cronograma, que fixa 10 de maio de 2026 como prazo final para envio das propostas. O processo envolve uma coordenação direta com várias subsecretarias do ministério e exige experiência comprovada em conservação, produção sustentável e gestão de recursos públicos.

Em 7 de maio de 2026, o Ministério de Ambiente e Energia do Equador inaugurou o Mês da Biodiversidade 2026, lançando uma agenda nacional que reúne instituições públicas e privadas e organizações sociais para promover ações de conservação ao longo de todo o mês [2]. A abertura ocorreu no Jardim Botânico de Quito, com a participação do subsecretário de Patrimônio Natural, Milton Ordóñez, que destacou iniciativas governamentais como o Sétimo Informe Nacional de Biodiversidade e a Estratégia Nacional de Biodiversidade 2025–2030. Entre 7 e 31 de maio, mais de 30 eventos — incluindo conferências, oficinas, exposições, mingas, reflorestamento e feiras — serão realizados nas quatro regiões do país, com foco na proteção de ecossistemas, espécies e práticas sustentáveis.

Em 24 de maio de 2026, durante seu Informe à Nação apresentado à Assembleia Nacional do Equador, o presidente Daniel Noboa anunciou um investimento de US\$ 460 milhões para implementar o Biocorredor Amazónico, um programa de 17 anos voltado à proteção da Amazônia equatoriana [3]. O plano prevê ações de conservação, monitoramento ambiental, fortalecimento das áreas protegidas e melhoria da atuação dos guarda-parques. Noboa também destacou investimentos em infraestrutura, vigilância e turismo sustentável para

reforçar os controles diante de problemas como desmatamento, contaminação de rios e mineração ilegal, apontados como riscos ambientais persistentes no país.

Referências

- [1] Disponível em: https://www.agricultura.gob.ec/wp-content/uploads/2026/05/TdR_MAGP_FBCA_04.05.2026_v3.pdf
- [2] Disponível em: <https://www.ambienteenergia.gob.ec/ecuador-impulsa-el-mes-de-la-biodiversidad-2026-con-una-agenda-nacional-para-fortalecer-la-conservacion-y-la-participacion-ciudadana>
- [3] Disponível em: <https://www.expreso.ec/economia-y-negocios/bio-corredor-amazonico-plan-460-millones-dolares-protoger-selva-ecuatoriana-283218.html>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 7 de maio, a Corte de Apelação da Guiana reverteu uma decisão anterior que obrigava a ExxonMobil a apresentar uma garantia financeira ilimitada para cobrir eventuais danos ambientais decorrentes de suas operações no bloco Stabroek. A decisão representou uma vitória jurídica importante para a empresa estadunidense e para o consórcio petrolífero que opera no país. A exigência de uma garantia ilimitada havia sido defendida por setores da sociedade civil como instrumento de proteção diante dos riscos de vazamentos e acidentes nas atividades offshore. A reversão da medida, portanto, recoloca em evidência os limites da capacidade regulatória do Estado guianense diante da expansão acelerada da exploração petrolífera. Embora a atividade esteja localizada no espaço marítimo, seus possíveis impactos ambientais e econômicos relacionam-se diretamente à governança da região amazônica e caribenha [1].

No dia 15 de maio, uma delegação dos Estados Unidos visitou a Guiana para discutir possíveis investimentos no setor de bauxita, mineral utilizado na produção de alumínio e considerado estratégico para cadeias industriais e tecnológicas. A visita foi conduzida por Jacob Helberg, subsecretário de Estado norte-americano para o crescimento econômico, energia e meio ambiente, e incluiu reuniões com autoridades guianenses e representantes do setor mineral. O interesse estadunidense pela bauxita evidencia que a crescente importância geopolítica da Guiana não se limita às reservas de petróleo offshore. Ao incorporar minerais estratégicos à agenda bilateral, os Estados Unidos procuram ampliar sua presença econômica no país e reduzir vulnerabilidades em cadeias de fornecimento controladas ou influenciadas por outros atores internacionais. Para a Guiana, o episódio indica a possibilidade de diversificação

de suas exportações, mas também reforça o desafio de estabelecer mecanismos de governança capazes de evitar que a expansão extrativa reproduza formas de dependência já observadas no setor petrolífero [2].

Posteriormente, no dia 20 de maio, a *Civil Defence Commission* emitiu um alerta para chuvas intensas e possíveis enchentes em comunidades situadas nas áreas mais baixas da Guiana. O aviso incluía riscos de alagamentos, deslizamentos e danos à infraestrutura, sobretudo em regiões vulneráveis à elevação dos rios e à saturação dos solos. A notícia evidencia uma dimensão concreta da crise climática no país: enquanto a Guiana amplia sua participação na economia global do petróleo, parte significativa de sua população permanece exposta a eventos climáticos extremos. A vulnerabilidade das zonas costeiras e das comunidades de baixa altitude reforça a contradição entre a busca por recursos provenientes da exportação de hidrocarbonetos e a necessidade de ampliar investimentos em adaptação climática e infraestrutura de proteção [3].

Dois dias depois, em 22 de maio, lideranças indígenas reuniram-se com representantes do governo guianense para discutir a *Low Carbon Development Strategy 2030*, os recursos provenientes dos créditos de carbono e a agenda nacional de biodiversidade. O encontro envolveu o *National Toshias Council*¹ e instituições estatais responsáveis pela política climática, apresentando as comunidades indígenas como participantes centrais da estratégia de conservação florestal do país. A iniciativa demonstra que a Guiana procura associar sua política de baixo carbono à inclusão das populações que vivem nos territórios florestais. Ao mesmo tempo, o debate sobre créditos de carbono mantém aberta uma questão decisiva para a governança amazônica: em que medida a participação indígena corresponde a uma efetiva capacidade de decisão sobre os territórios e os recursos, e não apenas à distribuição de parcelas da renda gerada pela conservação e pela financeirização da floresta [4].

Referências

[1] Disponível em: <https://oilnow.gy/featured/exxonmobil-secures-victory-as-guyana-court-reverses-unlimited-guarantee-order>

[2] Disponível em: <https://apnews.com/article/guyana-bauxite-us-visit-jacob-helberg-438dfbbfc1d699554c8d0f7f2db95ed5>

[3] Disponível em: <https://newsroom.gy/2026/05/20/cdc-issues-flood-warning-as-heavy-rainfall-threatens-low-lying-communities/>.

¹ Trata-se de uma instância nacional de representação dos povos indígenas da Guiana, reconhecida pela legislação do país. Os *Toshias* são lideranças indígenas eleitas em cada aldeia. Disponível em: <https://ntcguy.com/about-us/>.

[4] Disponível em: <https://newsroom.gy/2026/05/22/indigenous-leaders-engaged-on-guyanas-low-carbon-and-biodiversity-agenda/>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

No mês de maio de 2026, a agenda do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério do Ambiente (MINAM) do Peru foi mais intensa do que normalmente é. Representantes do governo participaram de diferentes eventos multilaterais e bilaterais, bem como promoveram encontros com governos subnacionais e organizações da sociedade civil peruana.

No âmbito multilateral, houve a participação da ministra do MINAM, Nelly Paredes, em uma reunião da Força-Tarefa Amazônica realizada na Cidade do Panamá, no dia 21 de maio. O encontro reuniu representantes de países amazônicos para definir uma agenda comum voltada à restauração de ecossistemas degradados e ao fortalecimento do monitoramento da biodiversidade. Além disso, foram discutidas formas de mobilizar recursos públicos, privados e internacionais para projetos de conservação e restauração florestal [1].

No dia 12 de maio, ocorreu o 21º período de sessões do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF21), realizado em Nova York entre 11 e 15 de maio, que contou com a participação de representantes diplomáticos do Peru. Na ocasião, a delegação peruana destacou a implementação do Plano Estratégico das Nações Unidas para as Florestas 2017–2030 e dos Objetivos Florestais Mundiais, ressaltando que, como país amazônico e diverso, suas florestas são fundamentais para a biodiversidade, os recursos hídricos, a cultura e os meios de subsistência de milhões de pessoas. O governo peruano também apresentou iniciativas voltadas à redução do desmatamento, à restauração de ecossistemas, ao fortalecimento da governança ambiental e à promoção de oportunidades sustentáveis para comunidades locais e povos indígenas. Além disso, enfatizou a importância da Declaração Conjunta de Intenção firmada em fevereiro de 2026 com Noruega, Alemanha e Reino Unido para proteger a biodiversidade e reduzir a perda florestal, defendendo maior cooperação internacional, financiamento e apoio técnico aos países em desenvolvimento com florestas tropicais [2].

Ainda no plano multilateral, no dia 22 de maio, o Peru participou, em Brasília, do lançamento oficial do Projeto Sistemas Aquíferos Amazônicos (SAA), uma iniciativa regional promovida pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), pelo Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID) e pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF). O projeto busca ampliar o conhecimento científico sobre os aquíferos da Amazônia e estabelecer um marco de cooperação entre os países da região para uma gestão coordenada e sustentável das águas subterrâneas da região, consideradas essenciais para a segurança hídrica, a conservação dos ecossistemas e a resiliência climática. Com duração prevista de cinco anos e financiamento de aproximadamente US\$ 180 milhões, a iniciativa prevê a implementação de oito projetos-piloto de conservação, incluindo um liderado pelo Peru. Durante o evento, representantes peruanos reafirmaram o compromisso do país com a cooperação regional, a gestão sustentável dos recursos hídricos e o fortalecimento das pesquisas sobre as águas subterrâneas amazônicas [3].

Já no plano das relações bilaterais, no dia 19 de maio, representantes do Peru e do Brasil reforçaram sua cooperação no setor espacial durante uma reunião realizada na sede da Agência Espacial Brasileira (AEB), em Brasília, entre o embaixador peruano Librado Orozco e autoridades da instituição brasileira. No encontro, os dois países destacaram a necessidade de ampliar a coordenação regional diante dos avanços da exploração espacial e reafirmaram seu compromisso com o uso pacífico do espaço, em conformidade com o Tratado do Espaço Exterior de 1967. Também foram discutidos projetos conjuntos com a Agência Espacial do Peru (CONIDA), incluindo a fabricação de nanossatélites e a integração de sistemas de monitoramento por satélite para apoiar o desenvolvimento da Amazônia, combater o desmatamento, os incêndios florestais e outras atividades ilícitas. Além disso, as partes ressaltaram a importância da cooperação entre instituições acadêmicas e científicas dos dois países e defenderam o fortalecimento do Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, firmado em 2006, como base para novos projetos bilaterais [4].

No dia 27 de maio, os ministérios das Relações Exteriores do Peru e da Colômbia, em parceria com o BID, lançaram uma chamada pública para financiar projetos voltados ao desenvolvimento sustentável e à integração da região de fronteira entre os dois países. A iniciativa busca apoiar propostas que contribuam para enfrentar desafios em áreas como educação, saúde, segurança alimentar, acesso à água potável, bioeconomia e fortalecimento de cadeias produtivas locais. A convocatória é destinada a organizações sociais, ONGs, universidades, centros de pesquisa, associações empresariais e entidades do setor privado, com o objetivo de promover o desenvolvimento humano sustentável e fortalecer a cooperação binacional na Amazônia compartilhada por Peru e Colômbia. Os projetos selecionados serão financiados pelo Fundo de Desenvolvimento da Zona de Integração Fronteiriça (ZIF)

Colômbia–Peru, mecanismo criado para reforçar os vínculos econômicos, sociais e culturais entre as comunidades da fronteira comum [5].

Além do Brasil e da Colômbia, o Peru buscou estreitar os laços diplomáticos com a Bolívia no sentido de fortalecer a governança da Amazônia. Representantes do MINAM, liderados pelo vice-ministro do Meio Ambiente, Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Gestão e Desenvolvimento Florestal, Jorge Ávila Antelo, receberam uma delegação do governo boliviano em Lima, no dia 29 de maio. O objetivo do encontro foi trocar experiências sobre mercados de carbono, governança florestal, financiamento climático e mecanismos de redução de emissões. Um dos temas centrais foi a implementação do mecanismo REDD+, voltado à redução das emissões decorrentes do desmatamento e da degradação florestal. O encontro também buscou identificar oportunidades de cooperação bilateral para a conservação dos ecossistemas amazônicos e o fortalecimento de políticas climáticas com transparência e legitimidade social [6].

Já no âmbito nacional, o MRE promoveu, em parceria com o MINAM, o Instituto de Pesquisas da Amazônia Peruana (IIAP) e o Instituto Nacional de Defesa da Concorrência e da Proteção da Propriedade Intelectual (INDECOPI), um seminário virtual para destacar o papel do país na conservação da biodiversidade global. O encontro ocorreu no Dia Internacional da Biodiversidade, em 22 de maio. Durante o evento, foi ressaltado que o Peru é um país diverso, detentor da segunda maior extensão de florestas amazônicas e da quarta maior área de florestas tropicais do mundo, com cerca de 60% de seu território coberto por florestas. Autoridades e especialistas enfatizaram a importância estratégica da biodiversidade peruana para a segurança alimentar, a preservação dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e o desenvolvimento sustentável, além de alertarem para ameaças como o desmatamento, as mudanças climáticas, a poluição e a introdução de espécies invasoras. O encontro também apresentou iniciativas de bioeconomia, conservação da agrobiodiversidade e financiamento ambiental, além de discutir as prioridades do Peru para a COP 17 da Convenção sobre Diversidade Biológica, prevista para outubro de 2026 na Armênia [7].

Representantes do governo peruano participaram, ainda, do seminário “*Amazonía 2030: Acción Climática por los Bosques*”, que ocorreu no dia 5 de maio. O seminário foi uma das atividades do *Expo Amazónica 2026*, organizado pelo MINAM, em parceria com ministérios da Cultura e do Desenvolvimento Agrário, governos subnacionais amazônicos, organizações indígenas e parceiros internacionais. Durante o evento, representantes do MINAM apresentaram dois instrumentos considerados estratégicos para a proteção das florestas

amazônicas e o combate às mudanças climáticas: a nova Declaração Conjunta de Intenção (DCI) 2026–2030 e o chamado *Paquete País del Perú: Acción Climática por los Bosques y la Naturaleza*. A DCI, firmada entre Peru, Noruega, Alemanha e Reino Unido, busca fortalecer a cooperação internacional para reduzir o desmatamento e proteger a biodiversidade amazônica. Já o “Pacote País” foi concebido para articular financiamento climático, assistência técnica e coordenação entre diferentes níveis de governo, priorizando a conservação florestal, atividades econômicas resilientes, fortalecimento da fiscalização ambiental e proteção dos direitos dos povos indígenas [8].

Ainda no que se refere à articulação entre o governo nacional e governos regionais, cumpre mencionar que, no dia 12 de maio, foi anunciado um acordo de cooperação do MINAM com o Governo Regional de Madre de Dios para ampliar as capacidades técnicas e operacionais voltadas à demarcação de comunidades nativas e ao monitoramento das florestas amazônicas. A iniciativa será implementada por meio do Programa Bosques e financiada por projetos de investimento apoiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O convênio busca aperfeiçoar os sistemas de monitoramento florestal, fortalecer a gestão territorial e acelerar os processos de titulação de comunidades indígenas, considerados fundamentais para a proteção da floresta e para a redução do desmatamento na região amazônica peruana [9].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1395407-ministra-nelly-paredes-impulsa-acuerdos-regionales-para-restaurar-ecosistemas-amazonicos-y-fortalecer-financiamiento-para-la-conservacion>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1390383-peru-promueve-la-gestion-sostenible-de-los-bosques-en-todo-el-planeta>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1396207-peru-se-suma-al-lanzamiento-de-un-historico-proyecto-para-proteger-los-acuiferos-de-la-amazonia>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1394308-peru-y-brasil-fortalecen-la-cooperacion-espacial>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1398392-peru-y-colombia-lanzan-convocatoria-para-el-financiamiento-de-proyectos-de-desarrollo-e-integracion>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1399506-peru-y-bolivia-fortalecen-la-cooperacion-climatica-regional>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1397931-cancilleria-y-diversos-sectores-nacionales-destacan-el-rol-del-peru-en-la-conservacion-global-de-la-biodiversidad>
- [8] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1387422-peru-presenta-instrumentos-para-fortalecer-proteccion-de-bosques-y-accion-climatica-en-la-amazonia>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No final do mês de abril e prolongando-se no mês de maio, comunidades situadas em áreas remotas do interior do Suriname passaram a enfrentar inundações provocadas pela elevação do nível dos rios. As cheias afetaram sobretudo aldeias indígenas e populações ribeirinhas do sul do país, impondo dificuldades ao abastecimento, à mobilidade e à manutenção das atividades agrícolas. A ocorrência evidencia uma vulnerabilidade estrutural do interior surinamês: a dependência de redes logísticas limitadas e de uma agricultura de subsistência tornam as comunidades locais particularmente expostas a eventos hidrológicos extremos. Nesse sentido, a inundação não constitui apenas uma emergência ambiental, mas também um problema de segurança alimentar e de capacidade estatal de resposta em regiões periféricas [1].

Posteriormente, a elevação do nível das águas continuou a ameaçar diversas localidades no sul do Suriname. Segundo Jerry Slijngard, gestor do Centro Nacional de Coordenação para o Controle de Desastres (NCCR), as aldeias de Apetina, Palumeu, Kwamalasamutu, Alalapadu e Tepu já haviam sido afetadas, enquanto as águas avançavam pelo rio Tapanahony em direção ao Marowijne e à região paramacã. As autoridades demonstraram preocupação especial com as áreas agrícolas e com a infraestrutura local, visto que a destruição das lavouras poderia comprometer diretamente o abastecimento das aldeias. O governo formou uma equipe de gestão de crise para acompanhar a situação e definir medidas de resposta. O episódio evidencia como a questão ambiental se articula à segurança alimentar, à proteção de populações indígenas e à necessidade de ampliar a capacidade de prevenção de desastres no interior do país [2].

Referências

[1] Disponível em: <https://dlsurf.com/@limfmsu8307/suriname-flooding-remote-villages-april-2026>

[2] Disponível em: <https://www.surinametimes.com/artikel/water-level-keeps-rising-in-hinterland>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Durante o mês de maio, não foram registradas muitas ações do governo venezuelano em relação à Amazônia. No âmbito da política externa, houve uma manifestação do chanceler

Yván Gil no Dia Internacional da Biodiversidade (22 de maio). Em postagem no Instagram, ele reafirmou o compromisso da Venezuela com a conservação da diversidade biológica do planeta ao afirmar que “a proteção dos nossos ecossistemas, como a Amazônia, é essencial, pois eles nos fornecem alimentos, água limpa e ar puro, além de contribuírem para a regulação do clima, elementos indispensáveis para garantir um futuro sustentável para as gerações vindouras.” [1]

Além disso, em maio ocorreu a implementação do Plano de Saúde Yanomami. Entre os dias 18 e 21, a Direção Estatal de Saúde (DES), por meio da Direção de Saúde Indígena, Intercultural e Terapias Complementares, fez atendimentos médicos a comunidades de difícil acesso na região amazônica. [2] A ação contou com apoio da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB). As localidades atendidas foram as de Sierra Parima e de Mavaca, no município de Alto Orinoco, no estado Amazonas. [3] A implementação do plano ocorreu alguns dias depois da denúncia de abusos sexuais cometidos pelo médico José García no Centro de Diagnóstico Integral (CDI) La Esmeralda nesse mesmo município. Seis mulheres do povo indígena Yekwana fizeram a denúncia por meio da organização Tejidos de Dignidad e exigiram a intervenção do Ministério Público e o apoio do Ministério del Poder Popular para los Pueblos Indígenas (MINPI). [4]

Também no mês de maio, foi oficializado um convênio entre a Universidade Católica Andrés Bello (UCAB) e o Banco de Desenvolvimento de América Latina e Caribe (CAF) para o projeto “Satélites de inclusão intercultural: telemedicina para comunidades indígenas na Amazônia venezuelana”. A iniciativa buscará implementar serviços de saúde a distância para povos originários que habitam regiões remotas do país. O acordo foi assinado no dia 13 de maio pelo reitor Arturo Peraza, pelo presidente executivo do CAF, Sergio Díaz-Granados, e pelo representante para Venezuela do CAF, Xavier Prieto. [5]

Referências

[1] Disponível em: <https://www.laiguana.tv/articulos/1529555-venezuela-conservacion-planeta/>

[2] Disponível em: <https://www.laiguana.tv/articulos/1530482-plan-salud-yanomami-amazonas/>

[3] Disponível em: <https://mpps.gob.ve/plan-salud-yanomami-garantizo-atencion-medica-en-comunidades-de-dificil-acceso-en-amazonas/>

[4] Disponível em: <https://efectocucuyo.com/la-humanidad/mujeres-indigenas-yekwana-denuncian-abusos-sexuales-por-parte-de-medico-en-cdi-de-amazonas/>

[5] Disponível em: <https://elucabista.com/2026/05/15/atencion-medica-a-comunidades-indigenas-llevaran-la-ucab-y-caf-con-proyecto-de-telemedicina/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Em 8 de maio, foi divulgado que o fenômeno *El Niño* representará um grande risco para os ecossistemas da América Latina, principalmente os da Amazônia, em 2026 [1]. Dados disponibilizados por institutos internacionais, como o *Centro Internacional para la Investigación del Fenómeno de El Niño* (CIIFEN), do Equador, e o *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA), dos Estados Unidos, mostram que os eventos de maior incidência na região tendem a ser secas severas, mudanças no regime de chuvas, aumento do risco de incêndios e queda nos níveis dos rios. Representando o Observatório Regional Amazônico (ORA/OTCA), a especialista Isabelle Vilela disse que ainda é cedo para afirmar quais serão os principais impactos do *El Niño* neste ano e que o monitoramento contínuo dos oceanos e condições atmosféricas será a chave para a redução das incertezas.

As consequências do fenômeno incidem não apenas sobre as condições climáticas, como também sobre economia local, uma vez que a redução dos níveis dos rios pode, por exemplo, comprometer a navegabilidade, o acesso à água potável das comunidades e atividades de pesca e agricultura. Nesse cenário, a cooperação entre os países amazônicos mostra-se fundamental para a formulação de políticas públicas baseadas no intercâmbio de dados e aprimoramento de sistemas de monitoramento, que visam à construção de respostas rápidas e adequadas para a prevenção e controle de eventos extremos.

A ação coletiva também esteve no centro da ExpoMIF, realizada na cidade de Villavicencio, na Colômbia [2]. Organizada pela Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF) e pelo ORA, o evento tratou sobre boas práticas de dez países, consolidadas pela participação das delegações que juntas somaram cerca de 200 representantes, entre autoridades, líderes de povos indígenas e membros de organismos de cooperação internacional. Ao final, foram assinados 15 acordos coletivos e 31 acordos bilaterais que tratam sobre a importância das brigadas comunitárias, monitoramento territorial e integração de conhecimentos técnicos, científicos e tradicionais.

No dia 19 de maio, a OTCA, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), lançou o projeto “Sistemas Aquíferos Amazônicos (SAA): Rumo a uma melhor compreensão dos Sistemas Aquíferos Amazônicos para sua Proteção e Gestão Sustentável” [3]. A cerimônia de lançamento contou com a participação das

delegações dos oito países amazônicos, incluindo especialistas em águas subterrâneas. Na Amazônia, as águas subterrâneas desempenham um papel essencial na segurança hídrica da região, garantindo a manutenção dos ecossistemas e a regulação climática, principalmente em épocas de estiagem. Ações como fortalecem a implementação das Ações Estratégicas 2 e 3 do Programa de Ações Estratégicas para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH) da Bacia Amazônica, a governança das águas subterrâneas e a geração de bens públicos regionais nos próximos cinco anos.

Para alcançar esses objetivos, o Projeto SSA está estruturado em cinco pilares: pesquisa científica, fortalecimento da governança transfronteiriça, implementação de projetos piloto, desenvolvimento de capacidades técnicas e institucionais e elaboração de uma Análise Diagnóstica Transfronteiriça e de um capítulo do Programa de Ações Estratégicas para os sistemas aquíferos amazônicos. Além destas estão previstas ações de monitoramento da mineração aurífera nos aquíferos da Bolívia, caracterização hidrogeológica do sistema aquífero da Bacia do Rio Napo, no Equador, projetos binacionais entre Brasil e Bolívia, dentre outros.

No dia 20 de maio, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou do Fórum Internacional “Integração Regional na América Latina e no Caribe: da visão à ação”, realizado em Cartagena, na Colômbia, e organizado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) [4]. O evento trouxe debates sobre sustentabilidade ambiental, transição energética, resiliência climática e segurança alimentar, além de contar com espaços para a discussão de ações concretas para o desenvolvimento sustentável da região.

Grazziotin integrou a mesa “Bens comuns regionais: ecossistemas, sustentabilidade e integração regional” e em sua fala apontou que a Amazônia deve ser compreendida como um bem comum regional e global, além de destacar que a OTCA é a única instância intergovernamental que tem o desenvolvimento sustentável da Amazônia como um pilar central, em consonância com as Declarações de Belém, de 2023, e de Bogotá, de 2025, e iniciativas como o Mecanismo Amazônico para Cooperação e Ação (MACA). Ao final do fórum, o CAF anunciou um investimento regional de US\$ 10 bilhões até 2031 para financiar projetos de integração na América Latina e no Caribe.

Também no dia 20, o evento *Firethon* debateu inovações em modelagem preditiva de incêndios na Amazônia [5]. Representando o ORA/OTCA, o coordenador Arnaldo Carneiro disse que o principal desafio do momento é desenvolver abordagens preventivas que sejam capazes de antecipar esses eventos. A posição foi compartilhada por Bivyani Rojas, que destacou a articulação regional e multissetorial como essencial para conter o avanço de

incêndios na região. Outros especialistas destacaram que o desenvolvimento de modelos preditivos deve ser acompanhado de outras ações, como a incorporação de dimensões socioeconômicas e estratégias de restauração pós-fogo. Dentre as instituições que participaram do *Firethon* estavam a *Fundación Amigos de la Naturaleza*, a *Global Wildfire Collective* e universidades brasileiras, como a UNAM, UFRJ e a UnB.

Na sequência de eventos, o workshop *Fire Data*, organizado pela OTCA, tratou sobre novidades nos dados, sistemas e ferramentas disponíveis para o controle e prevenção de incêndios florestais na Amazônia [6]. Com o apoio do ORA, do projeto CoRAmazônia (GIZ), do *Global Fire Hub* e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), os participantes debateram possíveis lacunas de informação e necessidades de fortalecimento de capacidades nos países amazônicos que podem ser superadas através da cooperação regional e intercâmbio de dados. Nesse aspecto, Carlos Salinas, coordenador de Meio Ambiente da OTCA, disse que os países amazônicos trabalham há mais de uma década nesse tema e salientou o Memorando de Entendimento sobre Manejo Integrado do Fogo entre os Países Membros da OTCA, que orienta os trabalhos nessa área. Já Arnaldo Carneiro, coordenador do ORA, alertou sobre a degradação acelerada do bioma amazônico e o papel do observatório em criar ferramentas úteis para tomadas de decisão.

No fim do mês, entre os dias 26 e 27 de maio, membros da OTCA participaram do “Encontro Nacional da Colômbia: Intercâmbio de experiências sobre o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) da OTCA, com ênfase nos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial”, realizado em Bogotá [7]. O objetivo foi promover o MAPI, suas diretrizes e prioridades, além de temas ligados à biodiversidade, sistemas de conhecimento e direitos dos povos indígenas, principalmente aqueles que vivem em isolamento. O evento aconteceu no Palácio San Carlos, sede do Ministério de Relações Exteriores da Colômbia, e contou com a participação de autoridades colombianas ligadas à Secretaria da Comissão Nacional para a Prevenção e Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas em Isolamento ou em Estado Natural (CPIAEN) e da Organização dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC).

Um dos principais resultados do encontro foi a elaboração de propostas dentro do tema “Segurança territorial e jurídica para os PIACI e a proteção dos seus direitos” que reivindicaram processos de diálogo intercultural, intercâmbio técnico e elaboração coletiva dentro do MAPI [8]. Como em outras oportunidades, a necessidade de coordenação entre governos e organizações indígenas foi posta como prioridade, bem como a articulação de sistemas de conhecimento indígena, diálogo entre povos vizinhos e territórios transfronteiriços,

fortalecimento de mecanismos de financiamento, participação de jovens e mulheres indígenas e identificação de fatores de risco para as comunidades.

O encerramento do encontro contou com a presença da vice-ministra de Relações Exteriores da Colômbia, Juana Esperanza Castro, e do coordenador de Assuntos Indígenas da OTCA, Freddy Mamani. O encontro faz parte da iniciativa “Raíces Indígenas para a Governança Amazônica (RAIGA)” do Programa Amazonia+, financiado pela União Europeia, com o apoio da Agência Italiana para a Cooperação ao Desenvolvimento (AICS), pela Fundação Internacional e para a Ibero-América de Administração e Políticas Públicas (FIAP) e pela *Expertise France*.

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/el-nino-em-2026-pode-intensificar-riscos-climaticos-na-amazonia/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-amazonia-reforca-a-cooperacao-regional-no-combate-aos-incendios-florestais-atraves-da-expomif/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/aquiferos-amazonicos-ganham-projeto-regional-para-fortalecer-conhecimento-e-protecao-das-aguas-subterraneas/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-destaca-cooperacao-amazonica-e-integracao-regional-em-forum-internacional-da-caf-na-colombia/>
- [5] Disponível em: <https://otca.org/pt/firethon-debate-modelagem-de-incendios-florestais/>
- [6] Disponível em: <https://otca.org/pt/fire-data-articula-cooperacao-regional-para-fortalecer-o-monitoramento-e-a-resposta-a-incendios-na-amazonia/>
- [7] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-o-governo-da-colombia-e-a-opiac-promovem-um-dialogo-regional-sobre-os-povos-indigenas-da-amazonia-e-a-piaci/>
- [8] Disponível em: <https://otca.org/pt/encontro-nacional-da-colombia-sobre-o-mapi-conclui-com-propostas-para-reforcar-a-seguranca-territorial-e-juridica-dos-piaci/>